

COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar



FIERGS CIERGS

CONGRESSO NACIONAL

Presidente da CNI participa do lançamento da Frente Parlamentar das MPEs

Um café da manhã realizado na Câmara dos Deputados marcou a abertura dos trabalhos da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) para a 56ª Legislatura do Congresso Nacional. O senador Jorginho Mello (PR/SC) permanece coordenador deste importante instrumento de defesa dos pequenos negócios no país.

A Frente Parlamentar Mista das MPEs existe de 1998 e desde então é representante dos pleitos dos pequenos empresários, principalmente no que tange a redução da burocracia, da carga tributária e a defesa da Lei Geral da Micro e da Pequena Empresa e do regime tributário diferenciado, Simples Nacional.

Estiveram presentes parceiros das MPEs, tanto do setor público quanto do setor produtivo, como o Presidente em exercício da CNI, Paulo Afonso Ferreira; o diretor administrativo e financeiro do Sebrae, Carlos Melles; o secretário especial da Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa; o subsecretário de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato, José Ricardo Veiga e o assessor especial, Guilherme Afif Domingos, todos do Ministério da Economia – ainda o ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto, e vários parlamentares que apoiam o segmento.

A Frente selecionou, para este semestre, oito projetos de lei considerados prioritários para as micro e pequenas empresas. Entre eles, o Projeto de Lei Complementar 471/2018, que consta na Agenda Legislativa da Indústria 2019 e trata da restrição da aplicação da substituição tributária no Simples de forma a corrigir alguns dos muitos efeitos negativos que o uso indiscriminado do regime provoca nas MPEs. A matéria encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação, sob relatoria do deputado Alexis Fonteyne (Novo/SP).

As micro e pequenas empresas, de acordo com o Sebrae, reúnem 13 milhões de empresas que respondem por 54% dos empregos formais brasileiros. Além disso, representam 98,5% das empresas do Brasil.

Fonte: Novidades Legislativas N° 10/2019